

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 11 horas e 12 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE – 11h00

Audição da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões, Dra. Susana Rosa, [a requerimento dos Grupos Parlamentares do BE](#) e do [PCP](#) sobre a aplicação aos trabalhadores das pedreiras do regime jurídico de antecipação da idade legal de reforma;

II PARTE – 12h20

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 76, de 13 de dezembro de 2023.
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos relatórios sobre os seguintes projetos de lei:

- [Projeto de Lei n.º 964/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (20.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);

Relator: Deputado Fernando José (PS)

- [Projeto de Lei n.º 965/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva;

Relatora: Deputada Clara Marques Mendes (PSD)

- [Projeto de Lei n.º 968/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;

Relatora: Deputada Rita Borges Madeira (PS)

- [Projeto de Lei n.º 969/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 17.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);

Relator: Deputado Jorge Galveias (CH)

4. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.ºs [873/XV/1.ª \(PS\)](#) — Recomenda ao Governo que promova melhores condições de acesso ao trabalho para estudantes e [881/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo que adote medidas de valorização do Estatuto do Trabalhador-Estudante;
5. Discussão e votação dos seguintes projetos de voto, nos termos do artigo 75.º do RAR, com eventual deliberação da Comissão sobre a apresentação de um projeto de voto da sua iniciativa sobre a mesma temática:

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.^a SL

- [Projeto de voto n.º 517/XV/2.^a \(PSD\)](#) — De saudação pelo Dia Internacional e Nacional das Pessoas com Deficiência;
 - [Projeto de voto n.º 521/XV/2.^a \(PCP\)](#) — De saudação por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
 - [Projeto de voto n.º 530/XV/2.^a \(BE\)](#) — De saudação ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
 - [Projeto de voto n.º 533/XV/2.^a \(PS\)](#) — De saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
 - [Projeto de voto n.º 535/XV/2.^a \(CH\)](#) — De Saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
6. Discussão e votação, nos termos do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de voto n.º 532/XV/2.^a \(PSD\)](#) — De saudação pelo 38.º aniversário da proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do dia 5 dezembro como o Dia Internacional do Voluntariado;
7. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:
- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do anterior Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr. Edmundo Martinho, sobre os investimentos da Santa Casa Global;
 - Requerimento apresentado pela Deputada única representante do partido PAN, Inês de Sousa Real, para a realização de diversas audições no âmbito da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 412/XV/21.^a \(PAN\)](#) — Aprova o regime de faltas justificadas ao trabalho por motivo de morte ou assistência a animal de companhia, a saber:
 - O Presidente do Conselho Económico e Social (CES), Dr. Francisco Assis;
 - A Confederação Empresarial de Portugal (CIP);
 - A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP);
 - A Confederação do Turismo Português (CTP);
 - A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP);
 - A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN);
 - A União Geral de Trabalhadores (UGT);
8. Outros assuntos.

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XVI/ 2.ª SL

I PARTE – 11h00

Audição da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões, Dra. Susana Rosa, [a requerimento dos Grupos Parlamentares do BE](#) e do [PCP](#) sobre a aplicação aos trabalhadores das pedreiras do regime jurídico de antecipação da idade legal de reforma;

A Senhora Presidente começou por saudar e agradecer a presença à Senhora Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões, Dra. Susana Rosa, enquadrando, de seguida, o objeto da audição.

Em primeiro lugar, tomaram a palavra os Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE) e Alfredo Maia (PCP), que apresentaram os respetivos requerimentos, cuja aprovação motivou a realização da presente audição.

Após intervenção inicial da Senhora Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões, teve lugar a ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, na qual intervieram os Senhores e a Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS), Hugo Maravilha (PSD), Jorge Galveias (CH), Alfredo Maia (PCP) e José Moura Soeiro (BE).

No final da ronda, a Senhora Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões respondeu em conjunto às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Antes de dar a audição por concluída, a Senhora Presidente afirmou que a mesma tinha corrido bem, tendo a Assembleia da República cumprido o seu dever de fiscalização. Mais acrescentou, que o diálogo que se proporcionou se tinha revelado uma excelente oportunidade para que o Centro Nacional de Pensões pudesse identificar aspetos a melhorar na sua atividade. Por fim, despediu-se da Senhora Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões, agradecendo-lhe os esclarecimentos prestados.

A audição foi objeto de gravação em [suporte vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Após curta interrupção, a reunião continuou com a II parte:

II PARTE – 12h20

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 76, de 13 de dezembro de 2023.

A ata identificada em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

No presente ponto, foram anunciadas as iniciativas que baixaram à Comissão, conforme tabela *infra*. Por consenso dos presentes, face à já anunciada dissolução da Assembleia da República e, por consequência, à manifesta impossibilidade de discussão na generalidade destas iniciativas, a Comissão deliberou dispensar o relatório sobre as mesmas, bem como a submissão à apreciação pública, cujo prazo nunca seria cumprido.

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	BAIXA À COMISSÃO
PJL n.º 984/XV/2.ª (BE)	Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado	15-12-2023
PJL n.º 986/XV/2.ª (BE)	Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (23.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	15-12-2023
PJL n.º 987/XV/2.ª (BE)	Altera o regime do trabalho por turnos e noturno e reforça a proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos	15-12-2023
PJL n.º 988/XV/2.ª (BE)	Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório	14-12-2023
PJL n.º 989/XV/2.ª (BE)	Reforça a negociação coletiva, repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e revoga o regime da caducidade da contratação coletiva (24.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	14-12-2023
PJL n.º 991/XV/2.ª (PAN)	Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, reforçando os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	19-12-2023
PJL n.º 992/XV/2.ª (PAN)	Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado	19-12-2023

3. Discussão e votação dos relatórios sobre os seguintes projetos de lei:

- [Projeto de Lei n.º 964/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (20.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Fernando José (PS) apresentou, de forma sucinta, o seu [relatório](#) sobre o Projeto de Lei n.º 964/XV/2.ª (PCP), referindo-se ao objeto da iniciativa e aos contributos recebidos. Informou que reservaria a sua posição para o debate em Plenário e concluiu afirmando que se encontravam reunidos os requisitos necessários à apreciação do projeto de lei naquela sede. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

- [Projeto de Lei n.º 965/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva;

Em substituição da relatora, Deputada Clara Marques Mendes (PSD), o Senhor Deputado Hugo Maravilha (PSD) apresentou o [relatório](#) sobre o Projeto de Lei n.º 965/XV/2.ª (PCP). Após aludir ao objeto da iniciativa, fez referência, de forma sumária, aos contributos recebidos e informou que reservaria a sua opinião para a discussão em sessão plenária. Em conclusão, disse estarem reunidos os requisitos legais e constitucionais necessários à apreciação do projeto de lei pelo Plenário, sugerindo que, em caso de aprovação na generalidade, fossem acolhidas as sugestões de aperfeiçoamento formal constantes na nota técnica. No final, colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

- [Projeto de Lei n.º 968/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;

A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) apresentou o [relatório](#), da sua autoria, sobre o Projeto de Lei n.º 968/XV/2.ª (PCP). De forma breve, referiu-se ao conteúdo da iniciativa e deu nota de que não tinham sido recebidos quaisquer contributos, pelo que fez uso da prerrogativa prevista no n.º 3 do artigo 139.º do RAR, que permite a adesão ao conteúdo da nota técnica. Concluiu afirmando que se encontravam reunidos os requisitos necessários à apreciação do projeto de lei pelo Plenário. Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do PCP.

- [Projeto de Lei n.º 969/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 17.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) apresentou o seu [relatório](#) sobre o Projeto de Lei n.º 969/XV/2.ª (PCP), referindo-se ao objeto e conteúdo da iniciativa e dando nota da sua submissão à apreciação pública, nos termos legalmente previstos. Fez ainda referência ao enquadramento jurídico constante na nota técnica, particularizando a informação respeitante contexto legislativo na União Europeia. Declarou que, nesta fase, se eximia de manifestar opinião e disse estarem reunidos os requisitos necessários à apreciação pelo Plenário do projeto de lei em apreço. Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do PCP.

4. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.ºs [873/XV/1.ª \(PS\)](#) — Recomenda ao Governo que promova melhores condições de acesso ao trabalho para estudantes e [881/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo que adote medidas de valorização do Estatuto do Trabalhador-Estudante;

Tendo a discussão sobre os projetos de resolução acima referidos decorrido na reunião anterior, a Senhora Presidente colocou à votação uma proposta de texto conjunto, subscrito pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Senhora Deputada única representante do PAN, Inês de Sousa Real, que foi **aprovado** nos seguintes termos:

- Ponto III – aprovado com os votos a favor do PS, do PSD e do CH e os votos contra do BE;
- Pontos I, II, IV e V – aprovados por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do PCP.

5. Discussão e votação dos seguintes projetos de voto, nos termos do artigo 75.º do RAR, com eventual deliberação da Comissão sobre a apresentação de um projeto de voto da sua iniciativa sobre a mesma temática:

- [Projeto de voto n.º 517/XV/2.ª \(PSD\)](#) — De saudação pelo Dia Internacional e Nacional das Pessoas com Deficiência;

- [Projeto de voto n.º 521/XV/2.ª \(PCP\)](#) — De saudação por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;

- [Projeto de voto n.º 530/XV/2.ª \(BE\)](#) — De saudação ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;

- [Projeto de voto n.º 533/XV/2.ª \(PS\)](#) — De saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.^a SL

- [Projeto de voto n.º 535/XV/2.^a \(CH\)](#) — De Saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;

O debate sobre o presente ponto ocorreu em diversos momentos da reunião, tendo existido uma tentativa, sem sucesso, de consensualizar um texto único, a ser apresentado enquanto projeto de voto da Comissão. Sem prejuízo, em diligências informais encetadas após o final da reunião, foi possível alcançar uma redação que viria a dar origem ao [Projeto de Voto n.º 540/XV/2.^a \(CTSSI\)](#) — De saudação do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

No debate que ocorreu na reunião, participaram as Senhoras Deputadas Emília Cerqueira (PSD) e Marta Freitas (PS) e os Senhores Deputados Jorge Galveias (CH) e Alfredo Maia (PCP). O GP do PSD apresentou um projeto de texto único, que recebeu propostas de alteração por parte do GP do PS e do PCP. O GP do PS não aceitou as propostas de alteração do GP do PCP, por considerar que politizavam o texto e que, sendo aquele um texto da Comissão, devia ser o mais consensual possível. Os restantes GP apelaram ao GP do PS que ponderasse a sua posição, mas este manteve o seu entendimento. Todas as forças políticas concordaram que aquele era um tema de extrema relevância, que merecia reconhecimento, e que não fazia sentido adiar a apreciação do voto para momento posterior, considerando que a data que se pretendia saudar já tinha ocorrido. Tal como ficou dito, apesar das várias intervenções, no curso da reunião, não foi possível chegar a acordo, tendo este sido alcançado posteriormente.

6. Discussão e votação, nos termos do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de voto n.º 532/XV/2.^a \(PSD\)](#) — De saudação pelo 38.º aniversário da proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do dia 5 dezembro como o Dia Internacional do Voluntariado;

A Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) apresentou o Projeto de voto n.º 532/XV/2.^a (PSD), salientando o número expressivo de cidadãos que trabalhavam voluntariamente em benefício de terceiros e a necessidade de reconhecer o seu papel fundamental na comunidade, nas mais diversas áreas, reconhecimento esse que devia ser feito, desde logo, pela Assembleia da República. A Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) começou por saudar o Grupo Parlamentar do PSD pela apresentação daquela iniciativa, anunciando que o seu Grupo Parlamentar iria acompanhar. Sublinhou a importância do voluntariado quer para os que dele beneficiavam, quer para os próprios voluntários, que completavam os seus projetos de

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XVI/ 2.ª SL

vida na prática de ações em prol de outros ou da comunidade, e destacou a relevância da atividade voluntária para o desenvolvimento do país social e economicamente. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) agradeceu ao Grupo Parlamentar do PSD por trazer a debate aquele tema e assinalou o trabalho individual de cada voluntário. No final, submetida a votação, a parte deliberativa do projeto de voto foi **aprovada por unanimidade**, na ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do PCP.

7. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do anterior Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr. Edmundo Martinho, sobre os investimentos da Santa Casa Global;

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) recordou que, na reunião anterior, o seu Grupo Parlamentar tinha apresentado um requerimento para ouvir a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, bem como o anterior Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Dr. Edmundo Martinho, e que, perante o pedido de adiamento da discussão apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tinha convertido o requerimento da audição da Senhora Ministra em potestativo, colocando-se agora a discussão apenas relativamente à audição do anterior Provedor da SCML. Disse que essa audição se revelava da maior importância face às notícias vindas a público sobre o negócio da Santa Casa Global, bem como forma de cumprimento do princípio do contraditório. Sobre a mesma temática, lembrou que também se encontrava pendente de agendamento a audição da Senhora Vice-Provedora da SCML, igualmente requerida potestativamente, lamentando a indisponibilidade manifestada para estar presente na data que tinha sido sugerida, sem que tivesse sido apresentada qualquer data alternativa. Mais acrescentou que tal conduta era um desrespeito para com o Parlamento e pediu que a Mesa diligenciasse para que as audições pendentes fossem agendadas com a maior brevidade possível, atenta a iminente dissolução da Assembleia da República. O Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) declarou que o seu Grupo Parlamentar iria manter a posição que já tinha adotado em discussões anteriores sobre a mesma matéria, isto é, considerando que era necessário aguardar pelas conclusões do processo de auditoria em curso, para que fossem obtidos todos os elementos necessários à realização de audições mais produtivas, e criticou o GP do PSD por seguir uma «agenda mediática». Em nova

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.^a SL

intervenção, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) referiu que, de acordo com o que era conhecido, o relatório seria divulgado até ao final do ano, pelo que as audições já beneficiariam do conhecimento das suas conclusões. Negou ainda a existência de uma agenda mediática, defendendo que o que se pretendia apurar respeitava aos factos enviados para o Ministério Público, salientando a importância da SCML enquanto instituição. Em resposta, o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) assinalou que os factos enviados ao Ministério Público se encontravam sob segredo de justiça. Já quanto às notícias vindas a público, alertou que não permitiam o contraditório, pelo que era necessário um esclarecimento técnico, que só podia obtido pelo relatório da auditoria. Concluiu afirmando que, após o conhecimento do relatório, o seu Grupo Parlamentar avaliaria a necessidade de realizar audições. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) criticou o GP do PS por, segundo denunciou, ter uma atitude contraditória em relação aos órgãos de comunicação social, conforme as notícias lhe eram favoráveis ou não. Acusou o mesmo Grupo Parlamentar de estar a adiar o apuramento de responsabilidades, permitindo que permanecesse a impunidade. Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do GP do PS e os votos a favor do PSD e do CH.

- Requerimento apresentado pela Deputada única representante do partido PAN, Inês de Sousa Real, para a realização de diversas audições no âmbito da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 412/XV/21.^a \(PAN\)](#) — Aprova o regime de faltas justificadas ao trabalho por motivo de morte ou assistência a animal de companhia, a saber:

- a. O Presidente do Conselho Económico e Social (CES), Dr. Francisco Assis;
- b. A Confederação Empresarial de Portugal (CIP);
- c. A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP);
- d. A Confederação do Turismo Português (CTP);
- e. A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP);
- f. A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN);
- g. A União Geral de Trabalhadores (UGT);

No debate sobre este requerimento, participaram as Senhoras Deputadas Rita Borges Madeira (PS) e Clara Marques Mendes (PSD). Ambas concordaram que, face ao curto calendário parlamentar até à dissolução da Assembleia da República e às várias audições pendentes de agendamento e restantes trabalhos a concluir pela Comissão,

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

seria bastante difícil realizar as audições propostas pela Deputada única representante do partido PAN. À sugestão da Senhora Presidente para que as entidades fossem convidadas a pronunciar-se por escrito, as Senhoras Deputadas responderam negativamente, por considerarem o histórico da Comissão de realização de audições presenciais quando se colocava a hipótese de alterar a legislação laboral. Também o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) subscreveu as posições anteriores. Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do GP do CH e a abstenção do GP do PS e do PSD.

8. Outros assuntos.

Não foram suscitadas questões.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 13 horas e 51 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de janeiro de 2024

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 77/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Lina Lopes (PSD)
Miguel Matos (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Gilberto Anjos (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Helga Correia (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Carla Castro (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
